



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

XI LEGISLATURA / 2ª Sessão Legislativa

Dia: 9 de Fevereiro de 2011

Hora: 12

Sala: 4

Entidade: Evelyn Houard

Assunto: Violência moral no trabalho.

Recebidos por: Catarina Marcelino (PS), que presidiu à reunião, Anabela Freitas (PS), Teresa Santos (PSD) e Jorge Machado (PCP).

A requerente da audiência, Evelyn Houard, expôs o seu caso pessoal relativamente à situação que alegadamente terá vivido de assédio moral e afastamento do exercício de funções no CIG – Comissão para a Igualdade de Género, onde fora contratada como estratega para a definição de políticas do empreendedorismo feminino, assim como para analisar as candidaturas ao POPH e POFC, no âmbito do QREN. Informou que, tendo sido contratada para desempenhar aquelas funções fora afastada do exercício das mesmas e a CIG contratara uma empresa, em *outsourcing*, para prestar esses mesmos serviços, com custos muito mais elevados, e sem que lhe fossem atribuídas novas funções. Comunicou ainda que fora sujeita a assédio moral e a actos de *mobbing*, como retirarem-lhe o monitor do computador e impedirem-lhe a entrada no edifício da CIG, por parte da então Presidente, Dra. Manuela Marinho, e do Vice-Presidente da CIG, Dr. Manuel Albano.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Por fim, informou que havia denunciado a situação à CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e solicitou a intervenção da 11.ª Comissão Parlamentar no sentido de responsabilizar aquela instituição e os seus dirigentes pela prática de assédio moral e *mobbing* no local de trabalho a que havia sido sujeita.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Jorge Machado, Teresa Santos, Anabela Freitas e Catarina Marcelino para salientar que a situação exposta tinha duas vertentes diferenciadas: a vertente juridico-judicial, em que a Assembleia da República não poderia intervir e que deveria ser resolvida em tribunal, que se relacionava com a relação laboral e alegada violação por parte da entidade empregadora dos seus deveres e de direitos da trabalhadora, e a vertente política, que se relacionava com o gasto de dinheiros públicos decorrente da contratação de uma empresa de *outsourcing* para desempenhar funções que estavam a ser exercidas ou poderiam estar a sê-lo por um trabalhador contratado para o efeito. Sobre esta segunda questão, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) propôs que a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública questionasse a CIG.

A Senhora Deputada Catarina Marcelino, concluindo a audiência, reiterou a sugestão já equacionada sobre a possibilidade de recurso aos tribunais de trabalho, no tocante à alegada situação de assédio moral e *mobbing*, e, relativamente à situação de contratação de uma empresa de *outsourcing* para prestação dos mesmos serviços para os quais a requerente havia sido contratada, informou que a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública poderia solicitar informações à CIG e a Senhora Secretária de Estado da Igualdade, para melhor conhecer o assunto.

A presente audiência foi gravada, encontrando-se disponível para consulta o seu registo audio.

A Deputada Relatora,


(Catarina Marcelino)